RESUMO DOS GTS

RESUMOS:

ANTROPOLOGIA

GT 1: POVOS TRADICIONAIS

Sessão Única: Etnologia Indígena, Estado e Povos Tradicionais

PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA (I)MATERIAL: AS “CULTURAS POPULARES” NO PASSADO E O PESSIMISMO ESTRUTURAL

Gabriel Bertolo – UFSCar
gabrielbertolo@bol.com.br

Esta apresentação tem por objetivo analisar de modo crítico as políticas de patrimonialização da chamada “cultura popular”, geralmente atrelada aos povos “tradicionais”, à luz das teorias e práticas antropológicas. Tomamos como material etnográfico os diversos textos e leis sobre o assunto no Brasil, em voga desde a década de 1930 e retomada inicialmente nos anos 1980, e posteriormente, no início dos anos 2000. Retomando a bibliografia existente sobre o assunto para repensar categorias e dicotomias como “materialidade” vs. imaterialidade”, “tradicional” vs. “moderno” e as próprias noções de patrimônio e cultura, e levando em conta ainda a etnografia realizada entre os caiçaras da Ilha do Cardoso, Cananéia/SP, este texto busca menos a reificação de tais categorias e dicotomias, do que seu próprio plano conceitual, ou melhor, o modo como se constroem e reconstroem tais conceitos e os efeitos políticos e sociais acarretados por eles, efeitos estes permeados pelo o que aqui chamamos de pessimismo estrutural.

RESUMOS:

ANTROPOLOGIA

GT 2: TEORIA ANTROPOLÓGICA

Sessão Única: Teoria Antropológica Clássica e Contemporânea

“EU”, DEUS E OS OUTROS: A CONSTRUÇÃO DA PESSOA NA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

Allan Wine Santos Barbosa – UFSCar
Fomento: CNPq

A questão da construção da pessoa, nas mais diversas dimensões da vida social, sempre esteve presente como um dos temas clássicos da antropologia. A conferência de Mauss sobre a categoria pessoa inaugurou toda uma linha de estudos que se debruçaram sobre o assunto, tanto na sociedade moderna quanto nas não ocidentais. Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir um desses processos de formação da noção de pessoa, a saber, a salvação. Esta pesquisa, gerada a partir de uma bolsa PIBIC, buscou apreender como uma denominação protestante histórica – a Adventista do Sétimo Dia – opera um processo de construção partindo de uma ideia específica de pessoa, quase que hobbesiana, permeada pelo conflito e pecado e marcadamente mundana, para a noção de “eleito”, próximo da divindade e capaz de receber o Perdão. Argumenta-se em especial que essa passagem, do “ímpio” ao “eleito” se dá menos através da crença do que da prática cristã e conformidade da vida do indivíduo com a Bíblia. Procura-se demonstrar também a centralidade de dois processos nessa transformação, o “reavivamento” e a “reforma”. O primeiro sendo um movimento de modificação de valores espirituais e o segundo um ímpeto de mudanças práticas. Propõe-se que esses dois elementos sejam os grandes operadores da construção da pessoa na cosmologia adventista e que tenham enorme influência na vida cotidiana e nas relações entre os fieis e o mundo. A análise faz grande uso dos trabalhos de Max Weber sobre a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo e toda a obra de Louis Dumont, cujas teorias são de grande auxílio para a compreensão do papel dos valores na dinâmica social e seu impacto nos processos relacionados à pessoa e ao indivíduo. Outros autores que também abordaram a questão da pessoa no Brasil, como Roberto Damatta e Márcio Goldman, também são mobilizados para construir esse quadro geral da pessoa em relação à salvação no Adventismo.

ANDANÇAS PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS: REFLEXÕES DAS SENSACIONES EXPERIMENTADAS NO CAMPO

Jaqueline Vilas Boas Talga – UNESP/Araraquara
jtalga@yahoo.com.br

Nesta manhã de domingo, com chuva leve e serena a cair pelas folhas de distintos tons de verde, vistas de minha janela, tenho o propósito mais de refletir e compartilhar do que estabelecer uma análise rígida a despeito das práticas e metodologias antropológicas. Refletir algumas das andanças experimentadas junto a algumas das manifestações tradicionais das religiosidades afro-brasileiras e do catolicismo popular de forte ligação com os universos africanos em diálogo com algumas teorias metodológicas existentes. Sozinha ou na companhia de amigos e amigas acadêmicas ou não passei a vivenciar os ternos das Congadas antes e durante a festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito na cidade de Uberlândia, como também por terreiros de Umbandas e Candomblés nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Esses espaços me fizeram refletir desde as roupas a serem vestidas no campo, até a imagem construída de pesquisador idealizada pelos sujeitos. Ao direcionar o olhar

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

para tais eventos, nesse caminho passei e ainda passo por respostas, fornecidas pelos sujeitos e por pesquisadores que perpassam o evolucionismo, por conceituações que valorizam o purismo, o tradicional, o mais próximo do intocado por um lado, e por outro, a valorização do novo, do recriado, criativo, do dinâmico. Nesses contextos vivenciamos compartilhamentos, trocas, reciprocidades, como também disputas hegemônicas dentro dos grupos. Em diversos momentos de ricas experiências de campo refleti sobre nossa postura enquanto pesquisadores, sobre os impactos dela no contexto dos sujeitos, e o quanto são úteis as etnografias que compartilham as “aventuras do campo”. Nesse sentido na expectativa de contribuir no debate, proponho compartilhar entre acertos e erros alguns momentos que possibilitaram identificar situações propiciadas pelas posturas assumidas no campo.

RESUMOS:

ANTROPOLOGIA

**GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES
COMPLEXAS**

Sessão 1: Antropologia Urbana

COMO COMPREENDER O QUE NÃO PODE SER DITO? OS DESAFIOS DA PESQUISA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Lígia Maria de M. C. Incrocci - UNIFEI

E-mail: ligia.incrocci@gmail.com

Carlos Alberto Máximo Pimenta - UNIFEI

E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com

Fomento: CAPES

O presente artigo parte de um quadro de 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra a criança e o adolescente denunciados diariamente no país, e que culminam em um universo de 40 mil menores que vivem em situação de acolhimento. A situação de risco desses meninos e meninas é o fator desencadeante da dissertação de mestrado que subsidia este artigo, e que tem por base apreender como esses moradores de instituições de abrigamento de uma cidade de Minas Gerais significam seu papel no mundo, quais são suas expectativas e seus sonhos, como interagem com seus pares, como vêem as condições nas quais vivem, como lidam com as diferentes violências presentes quando se está em risco. Partindo dos preceitos da Antropologia da Criança, traz-se a criança e o adolescente no papel de objetos da análise etnográfica, enquanto atores sociais ativos, produtores de cultura e inseridos em um contexto sócio histórico. Em condição na qual a principal fonte de dados sejam esses atores em si, não mais a visão que os adultos deles têm enquanto o seu “outro”. Considerando os quase quatro meses de corrente trabalho de campo pautado pelas orientações etnográficas e realizado em três instituições de acolhimento, o objetivo deste artigo é evidenciar o percurso, as angústias e a criatividade metodológica necessária a uma pesquisa para a qual a regra vigente era a de não fazer perguntas, fossem estas realizadas de modo direto, por meio de entrevistas, ou indiretas, no decorrer de um diálogo casual. O desafio se constituiu no como formar uma zona de significados a partir das falas espontâneas, do não dito, dos momentos de silêncio, dos gestos e olhares, que posteriormente eram registrados em caderno de campo e que se mostraram mais ricos do que qualquer entrevista ou questionamento.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA JUNTO A CURURUEIROS DO MÉDIO TIETÊ PAULISTA

Elisângela de Jesus Santos - Universidade de Coimbra

E-mail: lili.libelula@gmail.com

A comunicação em questão apresenta duas finalidades. A primeira diz respeito a oportunidade de concluir o ciclo de dádivas iniciadas com a realização de nossa pesquisa de doutorado acerca do cururu paulista, tendo em vista nossa participação como aluna especial em disciplinas dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de São Carlos. Disso resulta a segunda finalidade que, ligada à própria trajetória da pesquisadora na construção da pesquisa, compreende a apresentação dos resultados obtidos com a etnografia que embasa o texto da tese “Entre Improvisos e Desafios: do cururu como cosmovisão de grupos caipiras no Médio Tietê, SP” recentemente concluída no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara com bolsa Fapesp. Das principais reflexões que baseiam esta proposta estão: a) o papel do pesquisador como parte da pesquisa, isto é, do pesquisador enquanto protagonista que imprime suas próprias marcas na pesquisa vez que está em constante relação com o meio e as pessoas que compõem o âmbito pesquisado; b) a necessidade de tornar o trabalho etnográfico

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

um exercício de questionamento dos temas canonizados e internalizados pelo pesquisador, isto é, do campo como oportunidade de forjar discussões epistemológicas criadas no próprio contexto e através do olhar etnográfico. No que tange a este último aspecto, pretendemos discutir a importante, mas invisibilizada atuação dos cururueiros e violeiros do Médio Tietê na constituição da indústria fonográfica brasileira ainda na primeira metade do século XX.

ENTRE DEMÔNIOS: DÁDIVA, RESPEITO E COMPROMETIMENTO ENTRE OS ADEPTOS DO BLACK METAL PAULISTA

Lucas Lopes de Moraes – PPGAS/USP - LabNAU

lucasmakhno@yahoo.com.br

Fomento: FAPESP

Entre os adeptos do Black Metal paulista a cena é uma categoria nativa que expressa uma

noção de comunhão coletiva, estabelecida através do comprometimento com um estilo musical, uma das mais extremas variantes do gênero Heavy Metal. Eventos são organizados tanto na capital quanto em pequenas cidades do interior, pouco significativas para os grandes fluxos de capital, mas que na ótica desses atores sociais são vistas como grandes pólos da resistência. São lugares onde “os guerreiros do Black Metal” se reúnem, trocam experiências e bens, e fortalecem seus sentidos de pertença a um modo de vida específico e a determinadas filiações religiosas (o Satanismo e a “Quimbanda”). Ao estabelecer os parâmetros dessa pesquisa e iniciar os trabalhos de campo, voltados à compreensão das lógicas de ocupação dos espaços urbanos por esse arranjo coletivo, surgiram os primeiros impasses gerados pela resistência dos integrantes dessa cena. O Black Metal era dito ser “para poucos”, algo que não poderia ser “banalizado”. As supostas autoridades intelectuais e morais foram invertidas, dado que o respeito e o comprometimento, critérios essenciais para a entrada na cena, não permitiam a consequente “entrada no campo”. Dessa forma, o exercício gradual de compreender as lógicas internas desse arranjo coletivo, permitiu que estratégias metodológicas fossem elaboradas, e que uma espécie de “círculo da dádiva Black Metal” fosse desvelado: uma rede de trocas de favores que constitui essa cena e que estabelece as alianças entre esses “guerreiros”. Assim, o pesquisador ofereceu suas dádivas, trocou favores, e ainda sem fazer parte da cena conseguiu adentrá-la. Esse trabalho, portanto, busca demonstrar as vicissitudes de uma experiência de campo, que nas exigências da esquisa produziu um conjunto de estratégias metodológicas, que ao mesmo tempo em que eram estadas, produziram conhecimento sobre um arranjo coletivo que elabora formas específicas de ocupar a cidade, reorganizando suas fronteiras a partir de alianças internas.

RESUMOS:

ANTROPOLOGIA

GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES COMPLEXAS

Sessão 2: Antropologia da Política e do Estado

ENSAIO SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Aaron França Teófilo - UNIFAL
teofilod@gmail.com

O estudo tem por objetivo refletir sobre a reação negativa da sociedade brasileira à violência praticada por uma parcela considerável de manifestantes nos tensos protestos direcionados ao Poder Público iniciados em meados de 2013, no Brasil. A enorme repercussão dada pela "grande mídia" ao uso da força física durante esses protestos colocou sob a luz a primazia da noção de negatividade da ação coletiva violenta enquanto instrumento de contestação, arraigada no imaginário do *povo brasileiro*. Ora, por que se estabeleceu tão rapidamente um forte e amplo consenso quanto à forma como devem ser realizadas as manifestações políticas que ocorrem no Brasil? Ou seja, de maneira ordeira e pacífica! Nesse sentido, qual o lugar e a função da violência na sociedade em tela? Tal reflexão foi conduzida a partir dos princípios de inteligibilidade legados pelo etnógrafo e etnólogo francês Pierre Clastres, principalmente no que concerne ao papel da violência guerreira nas sociedades primitivas. Portanto, a fim de descobrir novas possibilidades de compreensão a respeito da violência política no Brasil contemporâneo, o instrumental teórico forjado pelo referido autor orientou a análise do fenômeno empírico abordado. Desse modo, pondero que nas sociedades *com* e *a favor* do Estado, como a nação brasileira - que se afigura o extremo oposto das sociedades primitivas do ponto de vista propriamente político (sociedades *sem* e *contra* o Estado) -, a violência só é considerada positiva quando exercida pela máquina estatal. Assim sendo, o Estado brasileiro se afigura intocável, só ele pode ser, legitimamente, violento em todos os sentidos, pois apesar das desigualdades que instaura a partir de sua origem, ele ainda é percebido - por uma enorme parcela da população - como uma instituição "essencial" (sagrada!), a única capaz de conduzir os brasileiros, tanto dominantes quanto dominados, à *Terra sem males*. Ademais, ficou patente a necessidade de superação do "nacionismo" que limita o pensamento conceitual à perspectiva sociologicamente negativa da utilização da violência para fazer política nas sociedades nacionais democratizadas.

GEORGES BALANDIER E A ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: O POLÍTICO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA

João Gabriel Rodrigues e Figueiredo - UNIFAL
Fomento: FAPEMIG

Procuramos analisar o modo de construção de dois conceitos (político e poder) na produção intelectual do antropólogo Georges Balandier, no intento de perceber as particularidades de sua abordagem. O autor iniciou seus trabalhos de campo na África, a partir de 1950, tendo familiaridade com os estudos desenvolvidos pelos antropólogos chamados "africanistas", com os quais estabelece estreito diálogo na elaboração de um instrumental teórico-metodológico, que é o principal objetivo da obra que será investigada neste estudo. A descolonização e a formação dos novos Estados-nacionais africanos se desenhavam num cenário conflituoso, exigindo reflexões diferenciadas dos pesquisadores a respeito de problemas outrora encarados especialmente pela filosofia política, como o questionamento acerca da essência do político, considerando uma sociedade bastante plural, marcada pelas descontinuidades. Balandier, por meio do material etnográfico coletado entre as sociedades primitivas (sem um poder centralizado consolidado), procurou conduzir este debate no contexto da sociedade moderna,

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

retomando discussões que marcaram seu processo de formação e consolidação, como as funções do Estado nos processos de dominação. Nosso primeiro desafio consistiu, nesse sentido, em identificar as questões levantadas pelo autor. Feito isso, traçamos algumas considerações acerca das possibilidades da referida abordagem a partir de um conjunto de problemas relativos, sobretudo, à teoria proposta por Balandier, aos conceitos centrais que ele trabalha e à maneira pela qual ele percebe o fenômeno político. Para tanto, nos concentramos numa obra muito particular, a saber, “Antropologia política”, publicada originalmente, em 1967, em francês.

Palavras-chave: Antropologia da política, Georges Balandier, poder.

O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COMO FUNÇÃO PARLAMENTAR

Caroline Mendes dos Santos - UFSCar

E-mail: carolinemdossantos@gmail.com

Fomento: FAPESP

Esta proposta de trabalho é uma tentativa preliminar de fazer uma análise antropológica sobre a atividade parlamentar. Os primeiros dados analisados foram obtidos por meio do acompanhamento do cotidiano do trabalho de um vereador dentro do gabinete e da Câmara de Vereadores, local de trabalho parlamentar. A atuação de um vereador é entendida como a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial do poder executivo e legislação do município através da elaboração de emendas às leis orgânica, complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre materiais de competência do município. Nota-se que a ciência política brasileira centrou suas análises nos estudos legislativos referentes a essas funções e a organização interna das Câmaras Legislativas, privilegiando a escolha racional e o (neo) institucionalismo como método de análise. Minha pesquisa, no entanto, inspirada pelos trabalhos da antropologia da política propõe uma análise centrada no ponto de vista parlamentar sob o que seriam suas funções como vereador destacando sua relação com o atendimento à população. Para o parlamentar atender, cria vínculos com a população, no entanto isso não influencia na decisão do voto de quem pede ajuda, portanto este não é o motivo que lhe faz atender. O parlamentar frequentemente associa o atendimento à população como uma das funções de seu trabalho. Trata-se de uma *obrigação* e não de uma mera política distributivista que acredita na ideia de que os políticos atuam individualmente pensando apenas em sua reeleição. Este, portanto, é o foco da análise deste texto: pensar o atendimento à população como uma das funções parlamentares para um vereador.

RESUMOS:

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 5: TEORIA E PENSAMENTO

Sessão 1: Pensamento Político

POLÍTICA E CULTURA: MAPEAMENTO DO DEBATE SOBRE OS INTELLECTUAIS QUE PENSARAM A CULTURA NO ISEB

Guilherme de Carli Pavão de Godoy – UFSCar
guilhermedecarli15@gmail.com

A preocupação com a autonomia nacional, tanto no âmbito político-econômico quanto no social e cultural, que já estava em pauta desde os anos 1920 no Brasil, transforma-se no tema central agenda política nacional com a ruptura do governo Vargas em 1945, inaugurando um período que vai até o ano de 1964 e ficou conhecido na literatura política como populismo, e que, de acordo com Carlos Guilherme Mota se intensifica no governo de Juscelino Kubitschek. Há uma busca pela definição de uma cultura nacional que valorize e impulse o país para uma condição de nação desenvolvida. Diante deste cenário intelectuais como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, entre tantos outros, começaram a analisar e construir uma ideologia nacionalista que tinha como meta alcançar tanto o “povo” quanto as “elites” brasileiras. É por meio de instituições como o IBESP e o ISEB que os debates teóricos tomam uma dimensão política, e também através destas instituições que estes intelectuais procuram dar voz a suas visões de mundo, as quais materializam-se em disputas ideológicas sobre diferentes diagnósticos e prognósticos a respeito de questões como “atraso”, “modernização”, “desenvolvimentismo” e “nacionalismo”. Este trabalho se propõe a fazer um balanço de tal debate através de um mapeamento dos principais intelectuais vinculados ao ISEB.

ENTRE ATRASO E MODERNIDADE: O DEBATE ENTRE VOCAÇÃO AGRÁRIA VS INDUSTRIAL

Renato Ferreira Ribeiro – UFSCar
renato_7ri@yahoo.com.br
Daiane Pedro de Lima – UFSCar
daianeplima8@gmail.com
Lincoln Sobral –UNAERP
lincoln_sobral@yahoo.com.br

Por volta da primeira metade do século XX ocorre no Brasil uma mudança profunda em relação às ideias econômicas e ao entendimento do papel do Estado nessa área, especialmente a partir de 1930, quando houve um reajuste da estrutura econômica do país, devido à fragilização do modelo agrário-exportador e o surgimento de uma consciência sobre a necessidade da industrialização como forma de superar os constrangimentos externos, decorrentes, principalmente, da crise de 1929. Nesse cenário, o debate sobre a vocação econômica do Brasil e sobre o apoio do Estado, começou a pender favoravelmente aos defensores do intervencionismo, e contra o liberalismo, sobretudo, por volta da década de 30, quando foram lançadas as bases do pensamento e das políticas desenvolvimentistas das próximas décadas. Sob tal perspectiva, o presente trabalho pretende abordar essa transformação ideológica, nas décadas de 30 e 40, através de três indicadores: 1) As políticas econômicas do Estado getulista, marcadas pelo intervencionismo e pela defesa da industrialização; 2) A variação do tratamento dado à questão econômica nos três textos constitucionais do período, comparando as Constituições de 1934, 1937 e 1946; e, principalmente, 3) A formação de um corpo teórico para fundamentar o projeto industrial em oposição aos

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

interesses agrários, fundamentados no liberalismo, priorizando o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín na década de 40.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTISMO: AS TRAJETÓRIAS DE BRASIL E CHILE (1950-2010)

Ivan Henrique de Mattos e Silva – UFSCar

ivanhmsilva@gmail.com

Fomento: Capes

A trajetória de desenvolvimento do Brasil e do Chile se dá com um ponto inicial comum, na medida em que o processo de construção da modernidade, no sentido da superação do subdesenvolvimento, se deu, nos dois casos, por intermédio de um projeto racionalmente orientado de desenvolvimento nacional, e nesse sentido a Cepal possuiu um papel central, tendo o estruturalismo cepalino servido como o cimento teórico e ideológico que fundamentou esse processo, promovendo uma intermediação estratégica entre a intelectualidade e o Estado. As universidades (e as políticas de educação superior) ocuparam um importante papel dentro dos projetos nacionais desenvolvimentistas na medida em que se configuraram enquanto instituições estratégicas na amarração entre teoria e prática política do projeto desenvolvimentista.

Apesar de um ponto de partida semelhante, Brasil e Chile se distanciam após a década de 1970, tendo o Chile caminhado fortemente para um modelo neoclássico, enquanto o Brasil permaneceu, pelo menos por mais tempo, dentro de um modelo desenvolvimentista em que o Estado ocupava um papel econômico central. Após um período de preponderância das teses liberais na década de 1990, o Brasil promove, na década seguinte, uma retomada do debate desenvolvimentista, enquanto o Chile se mantém dentro do diapasão neoclássico. O objetivo desta pesquisa é analisar como os dois Estados realizaram, nos anos 2000, o rearranjo do debate sobre desenvolvimento nacional, e como relacionaram a questão do desenvolvimento com as políticas de educação superior.

A PRESENÇA DA TEORIA CLAUSEWITZIANA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE AS LEITURAS DE CLAUSEWITZ NA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA

Carla Cristina Wrbietta Ferezin – UFSCar

carlaferezin@gmail.com

Fomento: FAPESP

Este trabalho tem a finalidade de analisar a leitura de Carl von Clausewitz entre os militares pertencentes a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. As concepções de Clausewitz, considerado um dos maiores teóricos do período de formação do pensamento militar moderno, nos proporcionaram as primeiras reflexões da guerra como um instrumento da política de Estado. A partir de suas experiências com as guerras da Revolução Francesa e com Napoleão Bonaparte, o general Clausewitz construiu uma intrincada teoria da guerra, na qual ressaltou a centralidade da política ao afirmar que “a guerra é a continuação da política de Estado por outros meios”. Após a sua morte, mais precisamente no ano de 1832, foi publicada sua obra maior, *Da Guerra*, livro que eternizaria as percepções do general prussiano. Deste momento em diante, suas ideias passaram a ser lidas, citadas e ressignificadas em distintas conjunturas

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

históricas. No Brasil, Clausewitz despertou a atenção dos militares, notadamente no período pós-Guerra Fria, quando uma determinada concepção (trindade da guerra) promovia a ressurreição da teoria clausewitziana em diversos países ocidentais. Nesse sentido, buscaremos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército brasileiro, centro de formação dos oficiais que comandarão a Força Terrestre, uma leitura mais atual acerca da teoria clausewitziana. Neste artigo investigaremos como se deu a assimilação da teoria do general prussiano dentre os alunos da ECEME através da análise de seus documentos curriculares e de seu periódico discente, a Revista das Ciências Militares – Coleção Meira Mattos. De forma preliminar podemos assinalar que há contato dos militares da ECEME com a teoria clausewitziana e que a leitura desses militares no pós-Guerra Fria é marcada por defesas e ataques a validade de Clausewitz para um cenário de constante evolução das tecnologias bélicas e de novos tipos de guerra.

A GEOGRAFIA DA FOME NO PENSAMENTO POLÍTICO DE JOSUÉ DE CASTRO

Amanda dos Santos – UFSCar
dossantos_amanda@hotmail.com

O contexto político, econômico e social brasileiro a partir dos anos 1930 passa por uma intensificação no processo de modernização (pensada em termos de industrialização e urbanização), que terá como consequências, dentre outras, o surgimento da classe trabalhadora urbano-industrial e a transformação da engenharia política com o início da superação do modelo coronelista. Estas questões estruturais fermentarão um intenso debate em torno da “interpretação” do Brasil, em que diversos intelectuais produzirão obras contendo diagnósticos sobre a realidade nacional. Será neste contexto que Josué de Castro (1908-1974), que tinha formação de médico e geógrafo, entrará mais incisivamente nas discussões políticas nacionais com a publicação, em 1946, da obra Geografia da Fome. Neste trabalho propomos uma análise da relação entre a obra e seu contexto e para tal nos utilizaremos da perspectiva mannheimiana numa análise em três movimentos: no primeiro deles apresentaremos uma discussão sobre o contexto político de 1945 a 1964 que servirá de base para o segundo movimento da análise, sobre os principais temas e conceitos que Josué traz à tona com a publicação de Geografia da Fome, tanto do ponto de vista teórico quanto da sua militância política de combate à fome, o que abre uma terceira possibilidade de análise, voltada agora para o seu pensamento político enquanto produto de um intelectual vinculado a instituições com projetos políticos. Neste sentido apontaremos para um debate mais amplo, ainda que não seja possível uma discussão aprofundada, sobre a agenda intelectual do referido período, em que os diversos diagnósticos da realidade social começam a tomar a forma de projetos de intervenção na realidade social.

RESUMOS:

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 5: TEORIA E PENSAMENTO

Sessão 2: Teoria Política

FLORESTAN FERNANDES E A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Thiago Pereira da Silva Mazucato, UFSCar

t.mazuca@gmail.com

Fomento: CAPES

A trajetória intelectual de Florestan Fernandes coincide com o período de forte institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, através de sua presença em duas instituições que surgem nos anos 1930: a Universidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política e do conjunto de sua obra (incluindo os manuais e obras teóricas). Através de seus trabalhos as Ciências Sociais no Brasil conseguiram um maior rigor científico na delimitação de seus objetos, métodos e teorias. Contudo, principalmente no período dos anos 1930 até a década de 1950 havia, dentre as ciências sociais, o predomínio da circulação da Sociologia, em grande parte repetindo no Brasil o mesmo processo que ocorrera no cenário intelectual internacional. A Ciência Política consistirá na maior parte deste período nas instituições universitárias brasileiras como um apêndice ou da Sociologia (Sociologia Política) ou do Direito (estudo do Estado), passando por uma trajetória semelhante à das Ciências Sociais: começa a se institucionalizar em “cadeiras” de Ciência Política nos cursos universitários e em bibliografia especializada. Neste sentido analisaremos o livro A Revolução Burguesa no Brasil (publicado em 1975) de Florestan Fernandes como um momento tanto da institucionalização da Ciência Política no Brasil quanto como um ponto de inflexão na trajetória intelectual de Florestan representada por uma guinada para a discussão sobre temas fortes da Ciência Política. Embora o referido livro tenha como subtítulo ensaios de interpretação sociológica, demonstraremos em nossa análise que embora o método adotado por Florestan seja o da sociologia histórica, o escopo teórico de suas análises neste livro alcança o núcleo duro da Ciência Política ao abordar temas como a natureza do Estado nacional e a forma da democracia, utilizando-se de conceitos como “revolução”, “ideologia”, “liberalismo”, “democracia”, “ditadura”, “despotismo”, “poder” e “autocracia”, dentre tantos outros.

AS TRÊS IMAGENS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA FORMULAÇÃO DE UMA TEORIA DE POLÍTICA INTERNACIONAL: UMA DISCUSSÃO NEORREALISTA

Paulo Victor Zaneratto Bittencourt – UNESP/Marília

paulovbittencourt@gmail.com

A intenção do trabalho que se propõe é a análise da formulação de uma teoria de política internacional como concebida por Kenneth Neal Waltz (1924-2013), cientista político norte-americano. A partir do livro “man, the state, and war”, em que Waltz propõe a existência de três imagens para análise das relações internacionais, examinar-se-á a construção de um sistema teórico que vise à análise da política internacional, objetivo cumprido pelo autor em “theory of international politics”, obra de 1979 a qual inaugura o que didaticamente se convencionou chamar terceiro debate das teorias de relações internacionais, que contrapõe Waltz, autor neorrealista (ou realista estrutural), a seus críticos. A importância da obra é fundamental para a compreensão das relações internacionais e seus debates, e o trabalho pretendido aqui buscará analisar os fundamentos teóricos da obra em questão, visando a uma melhor compreensão das propostas teóricas do neorrealismo.

O PROCEDIMENTALISMO NA TEORIA DEMOCRÁTICA: AS VISÕES DE HANS KELSEN, JOSEPH SCHUMPETER E ANTHONY DOWNS

Renata Priscyla Carolina de Oliveira – PUC/Goiás
renatapriscylla@hotmail.com

João Pedro Tavares damasceno – UFG
tavaresgyn@gmail.com

Marcelo Marques de Almeida Filho – UFG
mma_filho@hotmail.com

Ana Paula Brito Vila Nova – UFG
anapcristal@gmail.com

Têm-se conhecimento que a democracia surgiu na Antiguidade, tendo como berço a Grécia Antiga. Seu conceito original é o de governo do povo, que veio sendo reformulado através dos tempos. Posteriormente, teóricos como Rousseau, Montesquieu, Tocqueville, Weber, Marx, John Stuart Mill, entre outros, deram importantes contribuições aos estudos sobre o sistema democrático, em um período revolucionário tanto na Europa como nas Américas, incluindo temas como a liberdade, a igualdade, economia e sistemas de governo à discussão. Houve ainda, a ascensão dos pensamentos liberais que influenciaram na propagação do sistema democrático posteriormente e em sua respectiva (re) formulação, havendo também uma mudança brusca nos modelos de produção econômica e na divisão do trabalho a nível internacional, onde ascendia o capitalismo burguês.

Contemporaneamente, as características e estruturação do sistema democrático moderno têm gerado uma série de discussões, agregando vários temas como o procedimentalismo (práticas democráticas), o pluralismo (participação e inclusão dentro da democracia), a ação coletiva (estudos sobre os comportamentos sociais coletivos e busca de objetivos comuns), o liberalismo igualitário e inclusivo (que perpassa a questão da justiça para instituições e indivíduos e da igualdade jurídica e de acessibilidade), questões republicanas e sobre participação popular e ativismo político (que aborda temas como revoluções, direitos fundamentais, apatia política, entre outros), deliberação política (referente à inclusividade do sistema democrático e ligados às justificativas das decisões tomadas pelos cidadãos), teorias regionalistas sobre democracia (que adaptam estudos sobre democracia às realidades locais), dentre outros.

Para efeito desse estudo, centraremos a análise nas questões procedimentalistas, onde os estudos desenvolvidos por Hans Kelsen (1881-1973), Joseph Schumpeter (1883-1950) e Anthony Downs (1930-1977) darão respaldo teórico ao escrito. Trata-se de um texto teórico-argumentativo, onde procuraremos demonstrar alguns pontos que ligam os três autores à corrente procedimentalista da democracia, levantando pontos relevantes das contribuições dadas por eles à discussão.

RESUMOS:

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 6: COMPORTAMENTO POLÍTICO E ELEITORAL

Sessão 1: Partidos, Eleições e Representação

(IN)FIDELIDADE PARTIDÁRIA OU TRANSFUGISMO NOS CONGRESSOS NACIONAIS DA AMÉRICA LATINA

Marcelo Marques de Almeida Filho – UFG
mma_filho@hotmail.com

Ana Paula Brito Vila Nova –UFG
anapcristal@gmail.com

O transfugismo, algo recorrente na prática política, pode ser caracterizado, de forma genérica, como a mudança de partido em pleno exercício de mandato em cargo público eletivo, onde o parlamentar continua a exercer o cargo, que é usurpado do partido, coalização ou bancadano qual se elegeu, atividade guiada por interesses particulares ou de grupos. É uma prática passível de observação em países democráticos que permitem a reeleição de candidatos, podendo ou não ser regulamentada por lei. Também é conhecida como infidelidade partidária. Esta pesquisa, de cunho quali-quantitativo, implica em uma coleta de dados e análise destes segundo as definições e conceitos teóricos pertinentes. Para tanto, foram pesquisados o número de senadores e deputados federais eleitos nas duas últimas eleições de dezessete países latino-americanos até o ano de 2012, sendo eles Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. É válido observar que apenas nove destes países adotam o sistema bicameral. Os dados foram coletados nos respectivos Tribunais Eleitorais Superiores, Tribunais relacionados, nas páginas das Câmaras de Deputados e Senadores, na base de dados do Observatório de Instituições Representativas da Universidade de Salamanca (Espanha), do banco de dados da União Inter - Parlamentarista (IPU), dados de Bibliotecas Nacionais, entre outros. Justifica-se a elaboração de tal estudo pelo vínculo que o tema possui com a Ciência Política, havendo ainda escassez de dados referentes ao transfugismo na América Latina, sobretudo dados regionais, objetivando-se a confecção de uma base de dados, além da contribuição para a ciência e o saber e projeção da América Latina no mundo. A contagem foi feita levando-se em conta as proscricções nas leis eleitorais dos respectivos países, o que qualificou os casos de mudança como sendo ou não transfugismo. Uma vez contabilizados os parlamentares trãsfugas, utilizou-se o método matemático de regra de três simples para determinar a porcentagem de mudanças ocorridas entre uma eleição e outra, comparando-se o número de mudanças com o número total de pleitos vigentes, o que equivale em proporcionalidade a 100% das cadeiras previstas pelas respectivas Constituições Federais.

PALAVRAS-CHAVE: Transfugismo, América Latina, Democracia, Senado, Câmara dos Deputados

UM ESTUDO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS NO PFL/DEM E PSDB

Brina Deponte Leveguen- UFSCar
brinadl@hotmail.com
Fomento: FAPESP

Existem muitos estudos sobre partidos políticos, mas pouquíssima análise sobre as estruturas dirigentes desses. Antes de competir em eleições e atuar externamente, um partido necessita se organizar internamente, para tanto conta com os órgãos dirigentes,

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

no caso os Diretórios e as Comissões Executivas em níveis nacionais, estaduais e municipais. O presente trabalho analisa o PFL (Partido da Frente Liberal), que em 2007 mudou pra DEM (Democratas) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sob a perspectiva estrutural da Executiva Nacional, como órgão dirigente mais importante do partido, desde a provisória (em 1984 no PFL e em 1988 no PSDB) até a mais recente (2011 e 2013 respectivamente), a fim de responder as seguintes questões: qual é a porcentagem de parlamentares e ocupantes de cargos executivos? Qual o grau de oligarquização dessa cúpula? Quais fatores podem ter contribuído para esses valores? Existe alguma relação entre parlamentarização e oligarquização? Para tanto busca relacionar autores clássicos sobre partidos políticos e teoria das elites, como Michels e Duverger, com artigos atuais sobre ambos os partidos. Na análise das Executivas em relação a parlamentarização foi considerada a função que o membro ocupava no instante de formação de cada Executiva, ou seja, se era mandatário eleito, ex-mandatário, ocupante de cargo público não eletivo, ex-ocupante de cargo público não eletivo ou sem histórico de cargos. Cada integrante foi classificado em apenas uma categoria. Ao avaliar a oligarquização usou-se os indicadores criados por Schonfeld: taxa de permanência, substituição simples, renovação simples e, principalmente, renovação da elite. Não foram considerados suplentes nem alterações inter-Encontros. O cruzamento dessas duas variáveis forma um panorama sobre quem e quantos são os estreantes. Foram formuladas hipóteses sobre os resultados encontrados, por meio de uma comparação intra e interpartidárias e situações tanto endógenas quanto exógenas que possam ter afetado esses valores. A pesquisa está relacionada com o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar.

O GOVERNO DILMA ROUSSEFF À LUZ DOS CLÁSSICOS DA POLÍTICA

Lidiane Silva – UENF

Este paper é resultado das atividades desenvolvidas na disciplina Fundamentos de Teoria Política, ministrada pelo professor Hugo Borsani, do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política da UENF. O trabalho contribuiu para reflexão sobre a realidade política nacional à luz dos clássicos da Sociologia Política tratados no decorrer do curso. As discussões aqui presentes centram-se suas ideias em dois temas específicos: Indivíduo, Sociedade e Estado; e a Representação e participação política. Para tratar esses temas serão utilizados três autores clássico: Nicolau Maquiavel, Jonh Locke e Jean Jacques Rousseau a partir de suas respectivas obras O Príncipe; Segundo Tratado sobre o Governo; e O Contrato. Os autores e obras acima relacionados servirão como alicerce para possíveis ponderações dos eventos no percurso do governo, da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, a primeira mulher na presidência do país. Esses autores trazem para o paper suas contribuições na construção e interpretação do pensamento político moderno. O primeiro deles, Nicolau Maquiavel, um italiano que viveu na época do Renascimento e ocupou um cargo importante na administração de seu país. Sua obra O Príncipe foi escrita para presentear o Príncipe Lourenço, Filho de Pedro de Médici. Maquiavel traçou diretrizes em sua obra com o intuito de orientar o governante, oferecendo-lhe estratégias eficazes para chegar e se manter no poder. Para tanto fez uso de um profundo exame de governos e governantes precursores, bem como seus sucessos e insucessos. Jonh Locke, por sua vez, traz em Segundo Tratado sobre o Governo sua grande contribuição para o pensamento político: a Teoria da Propriedade. Segundo Locke o contrato social é um pacto de consentimento, onde os homens concordam livremente na formação da sociedade civil em defesa de seus bens – lê-se, suas propriedades – que passam ser amparadas pelas leis. Contudo, neste paper será

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

considerada de maior relevância, nos escritos de Locke, a divisão dos poderes descritos e ponderados pelo autor – a saber: legislativo, executivo e federativo. Por fim, Rousseau em O Contrato. Assim como Locke um contratualista, porém, via o pacto social como único fundamento legítimo do poder político, isto é, a única razão pela qual o cidadão pode submeter-se sua vontade particular à vontade geral. Em sua obra dois pontos em particular serão ressaltados: a soberania e a participação popular.

PATRONAGEM PARTIDÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Amanda Vanessa Prado – UFSCar
prado.amandav@gmail.com
Fomento: FAPESP

Um dos fenômenos em destaque desde a redemocratização brasileira de 1985 é a patronagem partidária, que consiste no mecanismo utilizado por partidos políticos de alocação de filiados na administração pública com fins de maior controle político-partidário sobre as políticas governamentais, nos âmbitos organizacional, eleitoral e burocrático do Estado. Somente o governo federal possui aproximadamente 22 mil cargos de livre nomeação espalhados por todo país, recurso que produz impactos significativos sobre a arena governamental, de forma que os estudos nessa área são relevantes, apesar de escassos até o presente momento. Esse trabalho tem como foco uma nova abordagem, que se propõe a avaliar quantitativamente a ocorrência dos casos de patronagem no âmbito ministerial. O objetivo é mensurar a ocupação de filiados partidários na administração pública através da análise de cruzamento de dados de filiação dos seis maiores partidos brasileiros (PSB, PT, PSDB, PMDB, PP e PFL/DEM), com a relação de cargos de livre nomeação dos ministérios, no recorte temporal dos governos de 1994 a 2010, trabalhando com a hipótese de que a mudança de governo PSDB-PT em 2003 impactou no perfil partidário dos ministérios apresentados. Isso poderá ser feito a partir da Lei Federal nº 12.527 de Acesso à Informação que permitiu que os dados pudessem ser analisados e pelo TSE, que também passou a disponibilizar em seu site a relação nominal atualizada dos filiados aos partidos políticos citados acima.

ANÁLISE ORGANIZACIONAL DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS DO PT E DO PSDB NO ESTADO DE SÃO PAULO

Luís Gustavo Bruno Locatelli- UFSCar
l.g.b.l@hotmail.com
Fomento: FAPESP

A pesquisa investiga as juventudes partidárias do PT e PSDB no Estado de São Paulo, questionando seu modo organizacional e suas relações com os respectivos partidos, e se elas constituem um espaço propício ao ingresso e formação de novas lideranças, novos quadros, funcionários da burocracia partidária e cargos de confiança nos governos. E ainda como são operacionalizadas pelas organizações partidárias para realizar a interface de relações mais imediatas nessa respectiva tangente: partido e sociedade. Ou seja, verifica modo pelo qual as juventudes partidárias desempenham um papel intraorganizacional de conservação institucional, dinamização e subvenção ao processo de renovação. O trabalho busca validar as respectivas hipóteses: I. As juventudes partidárias de PT e PSDB são canais que contribuem para impulsionar a carreira política, favorecendo a obtenção de cargos por jovens nas esferas representativas e de

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

governo, ou dentro do próprio partido. II. Os órgãos de juventude ocupam lugar institucional importante na máquina do partido.

Utilizando métodos qualitativos: análise documental e entrevistas semi-estruturadas com as lideranças jovens; e quantitativos: questionário enviado para jovens militantes de ambos os partidos, A pesquisa integra o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar.

RESUMOS:

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 6: COMPORTAMENTO POLÍTICO E ELEITORAL

Sessão 2: Comportamento Eleitoral e Mídia

**ANÁLISE DA CONTRUÇÃO DA IMAGEM DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO
NA COBERTURA DO “MENSALÃO” PELO JORNAL NACIONAL**

Laura Arantes Gobbi - UFSCar
lauragobbi8@gmail.com

A televisão é o principal meio de comunicação de massa no Brasil. Assim, exerce influência sobre a população diretamente por meio de sua programação. Os telejornais se tornam, desta forma, centrais na formação de opinião dos telespectadores. A construção da imagem por meio de tais programas se torna importante por esse motivo. Neste contexto, é de extrema importância analisar a imagem construída de certas instituições e atores. O caso do “mensalão” obteve grande destaque da mídia e alcançou um longo espaço na agenda dos telejornais. Em sua segunda parte, foi dado destaque a fase do julgamento tendo como principais atores os integrantes do Judiciário brasileiro. Porém, primeiramente é fundamental entender como foi construída a imagem dos atores envolvidos como primeiro passo de uma compreensão de como o determinado ocorrido foi passado à audiência. A escolha do Judiciário brasileiro se torna pertinente num momento em que o destaque dado aos seus componentes é grande, chegando a ocupar um lugar na mídia que frequentemente não ocupavam. Desta maneira, houve a influência nas opiniões de pessoas, o que demonstra a importância em entender como e de que maneira foi construída tal imagem. Assim, temos como principal objetivo desse trabalho, analisar a construção da imagem do Judiciário brasileiro na cobertura do “mensalão” pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Para isso, serão usados os programas do JN exibidos durante o julgamento do “mensalão”.

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO USUÁRIO DE DROGAS: ANÁLISE DOS
DOCUMENTÁRIOS “CORTINA DE FUMAÇA” E “QUEBRANDO O TABU”**

Gabriela Pandeló Paiva – UFSCar
gabippaiva@gmail.com

As mudanças sobre a política de drogas adotadas por diversos países do mundo, bem como a recente quebra de paradigmas sobre o consumo de maconha vêm demandando novas maneiras de se pensar esse tema. A propagação de imagens implantada no inconsciente da população é essencial para a construção de uma opinião pública acerca que qualquer tema relevante no critério da mídia. Dessa maneira, propõe-se a análise da construção da imagem dos usuários de drogas, especialmente de maconha, a partir de dois documentários “Cortina de Fumaça” e “Quebrando o Tabu” que percorrem caminhos diferentes ao tratarem da mesma temática, gerando então soluções distintas para o problema de drogas no país.

RESUMOS:

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 7: CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sessão 1: Cidadania e Políticas Públicas

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL: CIDADANIA OU CONTROLE?

Arieli J. Buttarello - UFSCar
arielibuttarello@hotmail.com

Através da noção de cidadania posta pela Constituição federal brasileira de 1988 e a produção de políticas públicas que então tomam tal conceito como central em suas elaborações, a análise aqui apresentada atenta-se à política pública de saúde mental brasileira, com base em seu último paradigma validado a partir da Lei 10.216/2001 que garante a cidadania do indivíduo portador de doença mental. A temática da relação jurídica, institucional e social do paciente mental apresenta longo processo histórico de discussões e transformações nas diferentes esferas e saberes que lidam com a saúde mental. Sob a abordagem da construção dessa relação, o recorte feito neste trabalho dá-se pela inclusão das crianças e dos adolescentes na política nacional de saúde mental, entendidas como sujeitos de direitos; porém compreendidas de forma ambivalente, pois são vistas como dependentes pelo olhar adultocêntrico inculcado no entendimento de necessidade de proteção. A problemática levanta-se por serem os cuidados a saúde mental dos infanto-juvenis fundados sob os auspícios de desenvolvimento, que em termos foucaultianos dá-se como controle dos indivíduos. Diante disso, traz-se aqui a relevância de dar visibilidade a questão. O trabalho baseia-se em análises teóricas acerca das interações mencionadas, como documentos oficiais do Ministério da Saúde brasileiro e da Organização das Nações Unidas sobre a infância e a adolescência. Carrega-se o esforço em suscitar reflexões acerca de uma temática com debates escassos, pautando quais as perspectivas permeiam a relação dos infanto-juvenis doentes mentais e seus direitos garantidos legitimamente.

DESVENDANDO A CAIXA PRETA DO BOLSA FAMÍLIA

Isabela Fagundes Cagnin- UFSCar
isabelafagundes@yahoo.com.br
Fomento: FAPESP

O Programa Bolsa Família, completa em 2014, dez anos de existência, neste período conquistou o reconhecimento mundial como uma política pública de assistência social, que deu e está dando certo. Porém tal reconhecimento não retira a necessidade de estudar o programa e entender seu funcionamento. O trabalho tem como objetivo desvendar os critérios de seleção do Bolsa Família (BF). O BF é uma política pública de transferência de renda direta que visa à superação da extrema pobreza e da pobreza no Brasil, atende mais de 16 milhões de famílias, que possuem uma renda per capita de 70 até 140 reais. Além da renda critérios como, número de crianças e jovens até os 17 anos, gestantes e nutrízes, são levadas em consideração. Porém devido a diferença entre o número de cadastros feitos em relação à quantidade efetiva de famílias que recebem o benefício e a procura de explicações pelas famílias, pelos motivos do não recebimento do benefício, mesmo estando dentro dos critérios, fez surgir a questão: Quais são os critérios de seleção das famílias? Para buscar informações sobre os critérios, foram realizadas entrevistas com a coordenadora geral de concessão e administração dos benefícios em Brasília e com os cadastradores do Cadastro Único em São Carlos. Com as entrevistas, constatou-se desconhecimento, despreparo e falta de comunicação entre os níveis federativos da gestão do programa. Frente a este cenário propomos uma análise da relação, entre as gestões municipais a cargo de partidos de oposição ou alinhadas com o governo federal e suas manifestações na condução do programa Bolsa-

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Família. Esta análise é feita a partir das variáveis que compõem o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). O IGD é um índice utilizado para quantificar a qualidade da gestão do BF nos municípios com o objetivo de transferir recursos para a melhoria do desempenho na condução do programa.

CIDADANIA E PSEUDOCIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Alex Ricardo Bombarda - UNESP/ Fclar
alexrbo@marilia.unesp.br
Fomento: CNPq

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) surgiu a partir da participação do Brasil na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena no ano de 1993. Seguindo as recomendações do evento, que propôs aos países presentes que elaborassem programas voltados à promoção dos direitos humanos o Brasil, que teve importante participação no evento, decretou, no ano de 1996, o primeiro PNDH. Posteriormente, duas novas edições do programa foram decretadas: o PNDH-2, de 2002 e PNDH-3, de 2009. Alguns itens do PNDH-3, no entanto, foi alvo de uma série de críticas, que partiram de setores da mídia, das Forças Armadas, da Igreja e dos grandes latifundiários, representados no Congresso Nacional pela bancada ruralista. Dentre os itens do programa que geraram polêmica, podemos citar a proposta de regulamentação da mídia, a criação da Comissão Nacional da Verdade, que investigaria crimes cometidos durante a ditadura militar de 1964, a legalização do aborto e a proposta de lei que previa a mediação entre as partes envolvidas como ato inicial na resolução de conflitos fundiários rurais e urbanos. Mesmo tendo sido elaborado através de centenas de conferências nacionais temáticas, que contaram com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil organizada, que incluiu grupos como os sem-terra e os sem-terra, importantes propostas do PNDH-3 foram modificadas e excluídas, na medida em que colocavam em risco interesses particulares. Assim, partindo da hipótese de que práticas clientelistas interferem no processo de construção da cidadania no Brasil, o presente trabalho visa discorrer acerca do modo como a bancada ruralista se posicionou no Congresso Nacional frente a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), referente ao item presente na diretriz 17, objetivo estratégico VI, que trata do acesso à justiça no campo e na cidade. A proposta de lei, que foi modificada pelo decreto 7.177, de 12 de maio de 2010, previa o uso da mediação entre as partes envolvidas como uma primeira etapa a ser cumprida em conflitos fundiários agrários e urbanos, visava evitar a ocorrência de desrespeito aos direitos humanos, comuns em situações de reintegração de posse.

RESUMOS:

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 7: CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sessão 2: Estado e Políticas Públicas

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT+I) DO BRASIL

Ana María Suárez Romero – (UNESP – UNICAMP – PUC/SP)
anmasuro7@gmail.com

Os processos de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (CT+I) requerem a articulação, a consolidação de alianças estratégicas e o desenvolvimento de ações de cooperação entre os atores e/ou agentes involucrados como a sociedade civil, entes governamentais, universidades, empresas privadas, centros de pesquisa e suas interações promovendo a difusão e uso do conhecimento, tanto no contexto nacional como no internacional, respondendo aos requerimentos da crescente integração dos mercados na globalização. Atualmente a CT+I são temas considerados como política de estado no Brasil, o que se deu depois de vários consensos nacionais, participação da sociedade civil, transformações do setor, vontade governamental e as exigências da inserção internacional. Este trabalho busca identificar a participação da sociedade civil no desenvolvimento institucional e a formulação das políticas da CT+I do país na medida o que o governo tem permitido sua interação e uso de mecanismos participativos, como os conselhos setoriais, depois do processo de redemocratização. O trabalho se divide em duas seções: a primeira faz uma apresentação do conceito da sociedade civil no Brasil e a segunda faz uma descrição da criação das entidades do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dos espaços de participação da sociedade civil, na construção da Política de Estado em ciência, tecnologia e inovação.

O DISCURSO GOVERNAMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Paula de Macedo Santos – UFRRJ
pauladems@hotmail.com

O desemprego na população jovem é um desafio, pois os jovens compõem o segmento social mais atingido pelo desemprego no Brasil e no mundo. Nossa juventude tem uma história marcada por programas assistencialistas e compensatórios. Apesar da evolução na compreensão da problemática juvenil, ainda persiste algumas ações governamentais que reproduzem o tratamento dispensado aos jovens no século passado. Podemos citar como exemplo, as atuais políticas públicas de qualificação profissional do Governo Federal. Essas políticas de qualificação profissional destinadas à juventude, foram iniciadas na gestão do presidente Lula (2003-2010) e atuam no pressuposto de que há vagas de emprego, mas faltam profissionais qualificados e por isso o governo investe em programas de qualificação profissional, aliados a conclusão do Ensino Fundamental, como o PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Na busca por mudanças retornam a escola para participar dos programas de qualificação profissional oferecidos pelo governo. Entretanto, devido à sua ligeireza e precariedade, a participação nesses programas não garante uma redução significativa do desemprego juvenil. Pensadores críticos sugerem que melhorar as habilidades dos jovens não é garantia de emprego, pois não há geração suficiente de postos de trabalho para a população. Diante desta realidade, questionamos o real objetivo desses programas - qualificar o jovem para o mercado de trabalho, ou conter a possível ameaça que o jovem desocupado pode representar para a sociedade? É o que nos propomos fazer, a partir da análise de fontes bibliográficas que discutem questões como juventudes, políticas

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

públicas e programas de educação profissional, complementada por pesquisa de campo na cidade de Mesquita no Estado do Rio de Janeiro. A juventude brasileira mostra a dura realidade de uma intensa desigualdade social, presente numa sociedade que lhe abre oportunidades frágeis e insuficientes de acesso aos postos de trabalho.

RESUMOS:

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 8: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES

Sessão 1: Organizações e Economia

TEORIA DA JUSTIÇA VERSUS COMUNITARISMO – DISCUSSÕES SOBRE A POSIÇÃO ORIGINAL E A CONCEPÇÃO DE INDIVÍDUO EM JOHN RAWLS

André Matos de Almeida Oliveira - UFMG
andrematosalmeida@hotmail.com;

Franklin Vinícius Marques Dutra - UFMG
franklinmarquesdutra@gmail.com

A filosofia busca, desde seus primeiros momentos, estabelecer uma base, um fundamento, para guiar o comportamento ético dos indivíduos e uma distribuição justa dos recursos pelo Estado. As clássicas teorias do contrato social que surgiram na modernidade são, talvez, a tentativa de resposta mais famosa de todos os tempos a essas indagações e tiveram importância fundamental para o pensamento filosófico ocidental. No entanto, no contexto que se instaurou no século XIX, elas sofreram duros golpes filosóficos (como, por exemplo, as severas críticas de Hegel) e científicos (a teoria da evolução de Darwin); assim, encontravam baixa apreciação entre teóricos em meados do século XX. Com a publicação do livro Uma Teoria da Justiça, em 1971, John Rawls voltou a alçar o contratualismo a importância central nos debates de filosofia política de sua época. Trazendo conceitos como "véu de ignorância" e "posição original", Rawls fez sua proposta chegar a um nível de refinamento e abstração inéditos e pretendeu escapar às críticas clássicas. Seu contrato é, cumpre ressaltar, filosófico-hipotético - um experimento mental - e não tem nenhuma pretensão de qualquer conexão com nosso passado histórico. Rawls também não pretende usar o contrato como fundamento à obediência ao Estado, como o fizeram os clássicos (Hobbes, Locke, Rousseau). Ao contrário, o filósofo norte-americano utilizou o contrato como método, como auxílio na escolha de princípios de justiça que regerão as instituições básicas da sociedade. Contudo, o contrato rawlseano é agora alvo de novas e também severas críticas. Algumas das mais importantes delas são formuladas pela corrente comunitarista. Com sua concepção de que o indivíduo só é formado e estruturado plenamente com o contexto de uma vivência em comunidade, os teóricos comunitaristas criticam a tentativa de abstração e criação de indivíduos isolados de Rawls. Essa posição original, hipotética, seria enganosa, já que pressuporia "eus" desvinculados da sociedade/comunidade. O objetivo deste trabalho, nesse sentido, é analisar mais detidamente a concepção de contrato hipotético de Rawls, bem como as críticas comunitaristas que surgem contra ele. O trabalho investigará se, ou até que ponto, Rawls conseguiu, de forma coerente e satisfatória, reintroduzir as vantagens e benefícios alegados pelo contratualismo.

RESUMOS:

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 8: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES

Sessão 2: Instituições Políticas

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA - O CASO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ESTADO DE GOIÁS

Paulinny Marques Freitas (UFG)
E-mail: paulinnymarques@hotmail.com
Marcelo Marques de Almeida Filho (UFG)
mma_filho@hotmail.com

Tema polêmico, desenvolvido nos debates internacionais e acolhido nas discussões brasileiras, a judicialização da política tem sido constantemente analisada, extrapolando os âmbitos do Direito e passando a fazer parte das esferas de estudos das Ciências Sociais, sobretudo da Ciência Política. Tendo como precursor o estudo de C. Neal Tate e Torbjorn Vallinder (1995), o termo judicialização da política (ou politização da justiça) tem sido empregado para indicar as consequências da extensão das atividades do Poder Judiciário quanto aos processos decisórios políticos nas democracias contemporâneas, partindo de uma visão predominantemente institucional/normativa. Segundo esta abordagem, judicializar a política é apropriar-se de métodos tipicamente derivados de decisões judiciais para a resolução de contenciosos e demandas de ordem política quando da expansão dos círculos de atuação das instâncias do Poder Judiciário, através do uso do poder de revisão constitucional das decisões dos poderes Executivo e Legislativo ou do aumento do corpo judicial ou de procedimentos de caráter judicial no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo (MACIEL; KOERNER, 2002). Conforme Luís Werneck Vianna et al. (1999), em perspectiva nacional, as análises tem se concentrado sobretudo quanto à utilização de Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), abordando a judicialização das relações sociais por outro ângulo. Dessa forma, os estudos sobre a jurisdição constitucional têm se sobressaído neste cenário. Segundo o STF (online), as Ações Diretas de Inconstitucionalidade “tem por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional, ou seja, contraria a Constituição Federal”, se caracterizando como instrumento de controle de constitucionalidade concentrado, podendo ser propostas apenas por confederações sindicais ou entidades de classe que representem os cidadãos comuns, atores indicados no artigo 103 da Constituição Federal de 1988, em consonância com o artigo 12-A da Lei Federal nº 9.868/1990. O propósito deste trabalho é analisar a partir da Ciência Política, os julgamentos do STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) do estado de Goiás, entre os anos de 1988 à 2013, conforme dados publicizados pelo Supremo Tribunal Federal e sistematizados em pesquisa desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, se tratando de uma análise quali-quantitativa.

ENTRE A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SEU PROTAGONISMO NOS PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL

Ana Carolina de Moraes Colombaroli – UNESP/Fclar
carolcolombaroli@hotmail.com;
Agnaldo de Sousa Barbosa – UNESP/Fclar
agnaldweb@gmail.com
Fomento: FAPESP

O STF apresenta-se como ator cada vez mais central no sistema político brasileiro, influenciando fortemente a implementação de políticas públicas. É evidente a ampliação

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

do fenômeno mundial da “judicialização”, ao passo que questões sociais e politicamente relevantes estão sendo decididas pelo Judiciário, em detrimento dos Poderes Executivo e Legislativo. No Brasil, tal fato atinge proporções ainda maiores, em razão da constitucionalização abrangente e analítica e do sistema de controle de constitucionalidade vigente. Em decorrência do enfraquecimento dos laços entre classe política e sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva, o “ativismo judicial” alcança lugar de destaque. Como resultado, tem-se uma revolução pela via judicial, profunda, mas relativamente silenciosa, em relação a inúmeras práticas políticas, conduzidas por uma jurisprudência progressista no que tange aos direitos fundamentais. Cientes dessa realidade, os movimentos sociais vêm recorrendo sistematicamente ao Judiciário. A legalidade apresenta-se, contemporaneamente, como uma das principais vias de luta, importante fonte de conquista de direitos e reconhecimento das diferenças. **OBJETIVO:** Analisar o empoderamento do STF no Brasil e o papel que vem desenvolvendo numa perspectiva de mudança social. **METODOLOGIA:** Utiliza-se da pesquisa bibliográfica para estabelecer uma conceituação dos fenômenos da “judicialização” e do “ativismo judicial”. Posteriormente, busca-se compreender a relação entre os movimentos sociais, o Direito e seu potencial emancipatório. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O STF é dotado de uma posição de primazia na determinação do sentido e do alcance da Constituição. Essa supremacia judicial, ao determinar “o que é direito” é, obviamente, um poder político, com todas as implicações para a legitimidade democrática. A atuação do STF, na história recente do país, cumpre múltiplos papéis no aprofundamento da dinâmica da mudança social. Primeiramente, tem sido decisivo na resolução de grandes temas do cenário político-nacional. Por outro lado, diante das reformas de matiz neoliberal, que resultaram no afrouxamento da estrutura de direitos sociais, vem representando um importante canal de acolhimento de expectativas sociais quando partidos e sindicatos se mostram impotentes. É igualmente representativo de sua centralidade na consolidação democrática do país o papel que tem desempenhado como instrumento de racionalização da administração pública, confrontando interesses oligárquicos regionais.

SOCIEDADE CIVIL E AMBIENTALISMO NO BRASIL

Laura Marcondes Ferraz Alcocer – UFSCar
lali_mfa@hotmail.com
Fomento: PIBIC CNPq

A pesquisa busca analisar relações entre sociedade civil e ambientalismo no Brasil, a partir de aspectos relacionados a participação e influência de distintos atores no atual cenário político de debate ambiental no Brasil, como Movimentos Sociais, Organizações Não-Governamentais, Sindicatos, Entidades e Associações, e as relações estabelecidas com o Estado brasileiro. Para a pesquisa de campo, estamos utilizando a ONG brasileira Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. A entidade classifica-se como uma organização civil sem fins lucrativos cujo objetivo é contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, mediante o apoio à implementação participativa de políticas públicas integradas. Entendemos que o papel da sociedade civil realizar esforços de controle e pressão sob o Estado, em busca de maior transparência e publicização das políticas públicas, além de ter garantido o direito de participação efetiva nos espaços de decisão visto que, apesar de considerarmos responsabilidade do Estado a implementação de políticas públicas, a sociedade civil

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

deve ser amplamente ouvida e levada em consideração nas tomadas de decisões políticas. Ao final da pesquisa, espera-se que o trabalho de campo discuta a problemática da participação de atores sociais nas questões ambientais atuais e suas aplicações para a definição desse campo. O relatório deverá conter uma discussão sobre os impactos desses grupos no ambientalismo brasileiro. É imprescindível a identificação do perfil e das estratégias de atuação desses grupos e os rumos dessa discussão no âmbito nacional e internacional, principalmente em relação à questão das novas práticas de ativismo ambiental.

RESUMOS:

SOCIOLOGIA

GT 9: IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Sessão 1: Relações Étnicas e Raciais

REDISCUTIR FANON A PARTIR DA VIVÊNCIA ESCOLAR

Sandro de Santana Ferreira – UFRRJ-PPGEDUC
sandrosantana@hotmail.com
Lenita Ramos Vasconcelos – UFRRJ-PPGEDUC
lenitarv86@gmail.com

O presente trabalho busca refletir sobre a obra de autoria de Frantz Fanon; “Pele Negras Máscaras Brancas”, e a partir disso construir perspectivas de leitura para os problemas do racismo que se manifestam no ambiente escolar. Para tal intuito pensamos numa leitura atenta e contemplativa sobre a obra deste autor, leitura essa que terá como base as reflexões de Hommi Bhabha e Mikhail Bakhtin. Bhabha em seu trabalho, “O Local da Cultura”, já apresenta uma importante apreciação do trabalho de Fanon, enquanto Bakhtin nos ilustra no que tange o potencial de leitura do autor pela totalidade da obra e ao mesmo tempo como habita nesta a capacidade de sua resignificação. Aqui buscamos um movimento de contexto, fazendo Fanon renascer sobre o que seria o problema ainda pobremente encarado pela escola acerca do racismo. Trabalhando em conjunto com essa reflexão, constrói-se um lugar entre-cruzado ao abordar a vivência cotidiana deste mesmo que vos escreve, o qual atua como professor de história nas séries iniciais da rede pública municipal da cidade de Magé/RJ. Assim, repensando os princípios éticos do funcionamento de uma instituição pública de ensino. A escolha de Fanon e desta obra se deve pela percepção e sensibilidade do tal ao perceber na experiência colonial a construção do racismo, tanto como algo violento, como algo de uma sutileza perversa. Essa esfera dupla do racismo, fruto do trauma colonial, permite sua existência como algo imperceptível e constitutivo do status quo das sociedades pós-coloniais. Desta forma, optamos por inserir a realidade brasileira e mageense como uma realidade pós-colonial, pois não se percebe nesta a superação da hierarquização axiológica, a qual traduz tudo aquilo que é relativo ao seio desta nossa terra como algo invariavelmente inferior ao norte imperialista do mundo.

QUE FANON É ESSE NA TEORIA CULTURAL CONTEMPORÂNEA?

Erik W B Borda – UFSCar
ewbborda@gmail.com

O trabalho aqui apresentado visa realizar uma breve discussão acerca das apropriações de Fanon por dois movimentos intelectuais contemporâneos, a saber, os estudos pós-coloniais e a perspectiva decolonial. Identificou-se, após um balanço preliminar, que existem abordagens diferentes da obra de Fanon em cada um desses movimentos, inclusive influenciando os textos preferencialmente lidos e o que é feito com base nessa bibliografia. Não é o objetivo deste trabalho dar uma resposta definitiva acerca do estatuto de Frantz Fanon na Teoria Social produzida por esses autores do “sul global”, mas apenas identificar tendências. Por fim, propõe-se uma leitura “não cindida” da obra de Fanon para suplementar eventuais lacunas entre as perspectivas. A importância deste trabalho se justifica pelo crescente interesse sobre a obra fanoniana, e nesse sentido, pode contribuir para melhor situar a obra do autor.

UM DRAMA NA BACIA DE CAMPOS OU CONFLITOS ENTRE SABERES NATURALÍSTICOS E CIENTÍFICOS

Fábio Reis Mota – UFF

fabioreis@gmail.com

Yann Almeida Belmont Paula –UFF

yann.abelmontpaula@gmail.com

A Bacia de Campos, situada na costa Norte do Estado do Rio de Janeiro, vem enfrentando nos últimos anos inúmeras transformações, devido às atividades de extração de hidrocarbonetos e com a construção do Complexo do Açú. Nesse contexto, percebe-se a presença de estruturas metropolitanas em franca expansão coexistindo com estruturas “tradicionais”, em especial, assentamentos de pescadores. Tal situação tem gerado inúmeros conflitos entre grupos que realizam atividades ligadas ao universo do petróleo e grupos que realizam atividades heliêuticas. A partir de pesquisa etnográfica realizada no assentamento de pescadores localizado no distrito de Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes, identificamos alguns desses conflitos, bem como, os impactos das atividades de produção na dinâmica da pesca e no saber tradicional naturalístico dos pescadores locais. Assim, a presente pesquisa busca aprofundar a reflexão sobre a dinâmica local da pesca e da organização social e política dos pescadores diante dos impactos das atividades petrolíferas nas modalidades de pesca locais e no sofisticado conhecimento naturalístico que informa a tomada de decisões dos pescadores sobre em que lugar e quando pescar.

SÍRIOS E LIBANESES: EM BUSCA DA IDENTIFICAÇÃO DE REDES MIGRATÓRIAS NO ESPAÇO URBANO DE SÃO CARLOS

Giovanni Tosi Neto – UFSCar

giovanni_gtn@hotmail.com

Mário Sacomano Neto – UFSCar

msacomano@ufscar.br

Oswaldo Mário Serra Truzzi – UFSCar

truzzi@ufscar.br

O projeto “Sírios e libaneses: em busca da identificação de redes migratórias no espaço urbano de São Carlos” tem como objetivo investigar de que modo se deu a inserção dos imigrantes sírio-libaneses no espaço urbano de São Carlos. A nossa hipótese é de que São Carlos tenha sido um ponto de convergência de redes imigratórias desse grupo étnico, hipótese essa respaldada pela relevância da cidade como pólo econômico na economia cafeeira paulista do início do século XX e o grande contingente de imigrantes que ela recebeu nesse período. A partir de registros paroquiais de casamento e de outros documentos de época, formamos um banco de dados que serviu de ponto de partida para entrevistar descendentes das primeiras famílias sírio-libanesas da cidade. As entrevistas nos forneceram, além das informações fundamentais para a realização da pesquisa, contatos de outras famílias de interesse, expandindo nosso campo amostral. Ao fim, podemos observar as particularidades da imigração sírio-libanesa no interior paulista, como operou esse movimento ao longo da primeira metade do século XX e como se deu a inserção socioeconômica dessas famílias nessa região.

RESUMOS:

SOCIOLOGIA

GT 9: IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Sessão 2: Gênero, Subjetividades e Diferenças

MULHERES DE CABUL: CORPOS APRISIONADOS PELO DISCURSO SEXISTA

Louise Gomes de Vasconcelos Silva – UENF
louisegvs@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo analisar sob a luz de um apanhado bibliográfico as relações de gênero encontradas na obra de caráter jornalístico O Livreiro de Cabul, de Asne Seierstad. Através de uma observação da referida obra, podem-se perceber vários episódios que mostram a inferioridade do sexo feminino, sendo a mulher considerada um instrumento para a perpetuação dos privilégios e dominação masculinos. Tal literatura revela a opressão sofrida pelas mulheres orientais; são negados a elas vários direitos, dentre esses o que se mostra de maneira marcante no citado livro consiste em retirar da mulher o direito de escolher o seu marido, uma vez que é imposto à noiva o matrimônio sem levar em conta o seu consentimento, já que a mesma é considerada um objeto de negociação entre sua família e a do pretendente. Além disso, observa-se uma grande dificuldade do sexo feminino em receber uma educação escolar ou exercer uma profissão. Tais situações podem ser interligadas diretamente ao discurso sexista fortemente produzido e reproduzido pela sociedade afegã, o de que a mulher tem como características essenciais a dependência do homem e a mansidão para se conformar com o sofrimento. Às mulheres é reservado o âmbito doméstico e a função de procriar. Ao longo do artigo, poder-se-á observar, a partir do livro em questão, uma cultura patriarcalista calcada na submissão da mulher.

MULHERES DA RUA: QUESTÕES DE GÊNERO NA PRÁTICA DO GRAFITE

Lenita Ramos Vasconcelos – UFRRJ, PPGEDUC
lenitarv86@gmail.com,
Sandro de Santana Ferreira – UFRRJ, PPGEDUC
sandrosantana@hotmail.com

Na cidade não existe uma trilha pronta, o caminhar se altera de acordo com as vidas que se cruzam e se enredam, as rotas dos sujeitos sofrem intervenções contínuas, constroem e são construídas em um diálogo. O meio urbano é cenário de muitas relações, os movimentos que emergem nesse contexto elucidam a produção de conhecimento, a resistência, ou simplesmente as diferentes formas de viver daqueles que nele estão inseridos. Nesse contexto, à mulher são oferecidas as contradições do corpo que está presente nesse espaço, mas que ainda é associado ao lugar do que é privado e submetido. Entre as variadas culturas que emergem nas/pelas/para as ruas, poucos são os estudos em que a mulher está presente como protagonista, entre os que se apropriam dos espaços. Atualmente, vem crescendo o número de mulheres em uma das manifestações urbanas mais populares, o grafite, apesar da participação minoritária, a inserção feminina em tal prática se configura como um fenômeno social e remete a novas formas de relações entre a mulher e a cidade.

PROFESSOR, FAVOR NÃO ME CHAMAR COM ESSE NOME DE HOMEM

Tássio Acosta Rodrigues – UFSCAR
tassioacosta@gmail.com

O cotidiano escolar das pessoas transexuais é permeado por constantes lutas e enfrentamentos. Da construção predial ao relacionamento interpessoal, as

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

dificuldades se fazem presentes em todo o processo escolar. A construção da formação identitária sofre constante cerceamento no direito do exercício de sua identidade de gênero. Os padrões heteronormativos no qual a escola busca enquadrar o corpo discente corrobora para que ela não seja um ambiente de acolhimento e pertencimento, sim de exclusão e a discriminação.

Alunxs que buscam apoio por parte do corpo docente e gestor escolar, com o propósito de serem aceitos e inseridos no processo educacional encontram dificuldades excludentes. A necessidade de serem chamados por nomes que identificam-se, de acordo com a respectiva identidade de gênero, faz com que tenham o direito mais simples respeitado: cidadania. O nome personifica a identidade, o corpo e a pessoa. Quando este direito é preservado, o processo educacional torna-se democrático e acolhedor onde aquela pessoa sentir-se-á inserida conforme todas as outras pessoas. A busca por um engessamento, por parte da escola, e conseqüentemente estrem no índice de evasão escolar. A construção predial também é um fator de grande complexidade para uma pessoa transexual, pois a sua divisão binária heteronormatiza sexualiza ambientes que não deveriam ter tamanha conotação, como o caso dos banheiros públicos. A partir do momento em que a escola está preparada para lidar com a diversidade humana e respeitar as condições individuais, a escola cumprirá o seu papel central de elucidação e propagação do conhecimento respeito ao próximo. Respeito este que começa principalmente do direito de escolha do nome a qual gostaria de ser chamado.

A INTERSECÇÃO ENTRE A MIGRAÇÃO, RELAÇÕES FAMILIARES E MASCULINIDADES A PARTIR DOS MIGRANTES PARAGUAIOS NO DISTRITO FEDERAL (DF)

Alena Profit Pachioni – CEPPAC/ UnB
alena.profit@gmail.com

O ponto de partida deste projeto de mestrado em curso se insere na migração contemporânea paraguaia para o Brasil. Propõe-se a analisar as narrativas de homens migrantes paraguayos no Distrito Federal (D, que como pais de famílias mantêm práticas familiares. A pergunta geral que direciona a presente pesquisa é: O que revelam as narrativas autobiográficas que são produzidas pelos homens migrantes paraguayos sobre suas relações familiares e em relação as suas masculinidades? Propõe-se uma reflexão teórica acerca dos conceitos chave do trabalho: a intersecção entre a migração, relações familiares e masculinidades para entender as relações de desigualdades que ocorrem dentro do cruzamento destas categorias. Reconhecendo o fenômeno da feminização das migrações que se insere na crítica frente à migração como um universo marcadamente masculino verifica-se que particularmente no contexto da migração latino-americana, pouco tem sido pesquisado sobre a relação dos homens no contexto de suas famílias. Dado a lacuna da pesquisa, possibilita-se, assim, verificar a possível contribuição das narrativas dos homens migrantes no Brasil para uma maior compreensão do papel dos homens no processo migratório e na organização familiar enquanto não presentes fisicamente nas suas famílias. Assim, percebe-se que o recorte apresentado possibilita a compreensão das categorias como não lineares, complexos e inserido dentro de constelações de significados, práticas e identidades.

RESUMOS:

SOCIOLOGIA

GT 10: VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME

Sessão 1: Marginalidades e Formas de Gestão Social

A VIOLÊNCIA E A BUROCRACIA NA OBRA 1984: INTERFACE ENTRE A LITERATURA E O ESTADO

Pâmela de Rezende Côrtes - UFMG

pamela.recortes@gmail.com

André Matos de Almeida Oliveira – UFMG

andrematosdealmeida@hotmail.com

A literatura é um campo fértil de reflexão política e sociológica, e as distopias são trabalhos literários que permitem claramente essas reflexões. Nesse sentido, a obra 1984, de George Orwell, é de grande riqueza para análises sociais e políticas. O Estado orwelliano representa uma violência crua, desmedida, que, controlando indivíduos e vontades, alça-se à categoria de fim em si mesmo. Ele se torna uma instituição em que o poder existe pelo poder e, por decorrência, a violência pela violência. A organização institucional perde qualquer caráter finalístico. Nesse contexto, a burocracia - separação de funções e de competências no interior dos órgãos do Estado - exerce um papel importantíssimo de pulverização do poder. A organização burocrática do Estado surge como forma eficiente de ocultação da face material do poder e da violência estatais, fazendo com que o indivíduo não saiba exatamente de onde a força dominante provém. Desse modo, o Estado totalitário orwelliano se torna uma entidade que não pode ser individualizada - indefinível - em que, apesar de haver o partido, ninguém sabe quais são seus membros principais, ninguém sabe exatamente o que eles são. Todos são o partido – mas todos podem ser contra o partido, todos podem ser seu inimigo. Tal Estado, por fim, alcança sua perfeição cabal quando faz emergir a figura do Grande Irmão como símbolo centralizador do partido. Ele se torna uma presença difusa, que tudo vê, tudo sabe, tudo vence, mas que nunca é vista, nunca se apresenta, nunca assume funções específicas. A burocracia, assim, perde sua noção tradicional de finalidade e assume o simples objeto de manutenção da função pela função. A violência de Estado na obra encontra-se materializada – e ao mesmo tempo, portanto, imaterializada - nas mãos dessa burocracia acrítica. Este trabalho pretende, com base no exposto acima, fazer um recorte dessa obra, analisando o papel da burocracia na manutenção da violência e do sistema autoritário em 1984. Desde a disposição de ministérios sem qualquer esclarecimento sobre sua finalidade, até a existência de personagens que não sabem bem a que força ou organização respondem, mas respondem assim mesmo, a crítica é assaz pertinente.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE ATUAM NA REGIÃO DE DOURADOS, MS

Caroline Pinheiro da Silva – UFGD

Fomento: CNPq

Dentro de um contexto mais amplo sobre a realidade da violência na faixa de fronteira na qual se situa a Comarca de Dourados MS, o presente artigo é resultado de um plano de trabalho que teve como objetivo identificar a existência e atuação de alguns dos movimentos sociais existentes e atuantes na região de Dourados para, em seguida, compreender as representações sociais sobre violência por parte das lideranças desses movimentos. Tais representações foram levantadas por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Terra (MST) e do Movimento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que atuam na região de Dourados. Este plano terá continuidade nos próximos doze meses, e deverá incorporar a participação de outros movimentos sociais. O presente trabalho tem como objetivo compreender as representações sociais da violência por parte das lideranças dos movimentos sociais que atuam na região de Dourados, por ser caracterizado pela diversidade de diferentes povos que a habitam, bem como pela proximidade da fronteira com o Paraguai, a mesma poderia ser reconhecida apenas em termos de sua riqueza étnica e cultural.

Contudo, também tem sido fortemente marcada por fenômenos como violência e “invisibilidade” social de alguns dos seus segmentos, o que configura, muitas vezes, um palco de conflitos sociais que envolvem diferentes interesses, tanto materiais quanto simbólicos. Daí o fato de a região ser também o lócus da atuação de diversos movimentos sociais que lutam por direitos de diferentes natureza, tanto materiais quanto simbólicos.

Destaca-se na comarca de Dourados a existência de dezenas de assentamentos e acampamentos rurais ligados aos movimentos de luta pela terra, além dos movimentos que atuam em defesa dos indígenas, negros, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, segmentos LGBTT, entre outros.

RESUMOS:

SOCIOLOGIA

GT 10: VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME

Sessão 2: Polícia, Justiça e Prisões

FACÇÕES CRIMINOSAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO – ESTADO DA BAHIA

Franklim da Silva Peixinho - UFRB

Este estudo tem por objetivo analisar o modo de organização social formada por detentos do sistema prisional baiano, especialmente na Colônia Penal Simões Filho, CPSF, Bahia – Brasil. Numa perspectiva, sociológica, o estudo se concentra na identificação e descrição da morfologia dos grupos de detentos e, como tais associações estabelecem estratégias de comunicação com e na instituição total. Assim, pretende-se identificar os elementos da vida na prisão que desencadeiam o processo de institucionalização do interno, como também em que ponto as ações das facções criminosas que existem na CPSF, estão inseridas na construção da identidade do desviante, e demais sentimentos por estes vivenciados na carreira prisional. Para a construção deste estudo foi realizada a análise documental de ofícios e livros de ocorrências da CPSF, relatos de presos e agentes penitenciários o confronto dos diplomas legais, a leitura de dados de reportagens jornalísticas, acesso a meios eletrônicos, como também se utilizou as informações relatadas em um Diário de Campo, pautada pela observação participante.

AS LÓGICAS DE ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM NITERÓI

Mayara Duarte Silva de Moraes – UFF

Pedro Heitor Barros Geraldo – Universidade de Montpellier

PIBIC/CNPq/UFF/PROPI

Esta pesquisa tem por objetivo compreender as lógicas de administração de conflitos no Juizado de Violência doméstica e Familiar contra a Mulher de Niterói. Por meio de uma observação participante, pudemos acompanhar o cotidiano dos profissionais do centro técnico, do cartório e mesmo durante as audiências. A pesquisa possibilitou compreender as necessidades e inadequações do judiciário para administrar estes conflitos domésticos, que são minimizados. Além disto, constatamos um conflito entre a forma com que o juiz e a equipe interdisciplinar administram os conflitos apresentados ao judiciário. Pudemos observar que as decisões por vezes não protegem a vítima de agressões futuras. Além disto, constatamos o arquivamento massivo de processos cujo desfecho é a permanência da união familiar. Por outro lado, a equipe interdisciplinar do juizado espera que o conflito permaneça, como um círculo em que a vítima voltará ao judiciário com as mesmas demandas. A pesquisa indica que estes conflitos têm tratamentos distintos pela mesma instituição que se mostra incapaz de integrá-los no processo de produção da decisão judiciária, privilegiando as formas jurídicas de lidar com o conflito.

“VESTIR A FARDA”: ANÁLISE DA FIGURA DO “HEROI” E DA “HEROINA” NA POLÍCIA MILITAR

Giulianna Bueno Denari – UFSCar

CAPES

Serão abordados alguns resultados de uma pesquisa realizada para a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFSCar em 2013. Trata-se de um estudo

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sobre as figuras do “policial herói” e da “policial heroína” na Polícia Militar (PM). Por meio da análise de tais figuras procurou-se entender quais características e funções são atribuídas e valorizadas aos dois profissionais, a depender do gênero de cada policial. Mesmo a PM tendo adotado políticas de “humanização” da sua imagem (como a inserção do Policiamento Comunitário e da figura feminina no efetivo), o ethos militar ainda é valorizado socialmente e pelos próprios profissionais em sua atuação. Relacionando os estudos sobre profissão e gênero com estudos sobre a inserção e presença das mulheres na PM, a pesquisa buscou mostrar quais as características mais valorizadas em uma policial militar e principalmente, qual a visão dessas profissionais sobre sua atuação, levando em consideração quais dificuldades e vantagens identificam para provarem-se “boas profissionais”. A conclusão da pesquisa apontou que as definições sobre o que seria um “policial herói” estão intrinsecamente ligadas às definições que a PM atribui ao gênero e ao papel que cada gênero desempenha nas atividades ligadas ao policiamento (ainda que, no processo de atribuição deste adjetivo, são avaliadas tanto atividades formais quanto informais que circundam o cotidiano do (a)s policiais). Assim, em relação às policiais mulheres, estas são consideradas “heroínas” quando realizam as atividades menos prestigiadas, que não seguem o ethos militar, conseguem provar seu bom desempenho profissional e principalmente, conseguem conciliar essa função às diversas outras de suas vidas particulares. Já em relação aos homens policiais, estes são considerados “heróis” quando enfrentam situações de elevado risco, combatendo o que é entendido socialmente como “guerra contra o crime”, independentemente de sua vida particular. Esta divisão de valores e moralidade ligados ao gênero, de certa forma, permite que os policiais homens continuem executando o trabalho mais valorizado: a atuação guerreira e combativa, enquanto que as mulheres são “colocadas” em atividades menos prestigiosas da PM.

A REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL

Márcia Rebeca Silva de Oliveira - UFAM
Fomento: FAPEAM

Este trabalho tem por objetivo compreender as questões políticas e ideológicas envolvidas no debate do Anteprojeto de Reforma do Código Penal que está em tramitação no Senado Federal e na discussão da diminuição ou não da maioria penal no Brasil, a partir da perspectiva teórica da do Monopólio Estatal da Violência, definido por Max Weber e da Crítica da Pena, definida por Klaus Günther.

Caminha através do distanciamento do debate referente apenas a tipificação de novos tipos de crimes e intensificação da pena, para a aproximação de um debate com recorte mais humanista, de formulação de novas formas de responsabilização individual que não se contraponham as normativas nacionais e internacionais referentes a garantias de direitos fundamentais. Todo o percurso é analisado a partir da formulação de alguns teóricos da justiça penal, da legislação vigente, do envolvimento da mídia e das posições políticas adotadas como meio de manutenção do poder. Visa apresentar, por fim, uma proposta teórica de abordagem sobre a reforma do Código Penal através de novos paradigmas sobre a justiça penal, que considerem a necessidade do empoderamento popular nessa discussão, através de uma alternativa de democratização da responsabilização, centrada nos avanços referentes aos Direitos Humanos.

RESUMOS:

SOCIOLOGIA

GT 11: SOCIOLOGIA DO TRABALHO E RURALIDADES

Sessão 1: Trabalho

REFLEXOS DA VIDA MODERNA: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA MODERNIDADE NA IDENTIDADE E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Gloriete Santos Scavichia –UNESP/Araraquara
Fomento: CNPQ

Este trabalho tem por escopo apresentar algumas considerações sobre o impacto da vida moderna na identidade do indivíduo e nas relações de trabalho, sob o olhar dos sociólogos contemporâneos Zygmunt Bauman, Anthony Giddens e Stuart Hall. Inicialmente, far-se-á um breve recorte sobre as transformações da identidade decorrente da vida moderna sob as perspectivas estudadas pelos sociólogos em análise e num segundo momento analisaremos como estas mudanças da vida moderna se refletem no mundo do trabalho. A delimitação deste tema objetiva estreitar um diálogo entre os três teóricos sociais contemporâneos, além de tratar-se de um desdobramento da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo objeto de estudo é “A flexibilização das relações de trabalho a partir da década de 1970”. Por este viés analisaremos o indivíduo e sua relação no mundo do trabalho, no contexto da modernidade.

AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ESTRANHAMENTO E AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E NATUREZA

Pedro Martins Vicente – IFCH (Unicamp)
Fomento: CAPES

A partir de perspectivas que identificam a existência de uma série de crises ambientais e sua profunda relação com o capital enquanto processo social, faz-se necessário traçar um recorte de classe por entender que o ser humano se relaciona com a natureza não de forma homogênea, mas sim a partir de grupos sociais (historicamente posicionados mediante gênero, classe social, etnia, etc.). Nesse sentido, o presente trabalho pretende investigar de que maneiras as formas contemporâneas de estranhamento/alienação (ANTUNES, 2002) afetam a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora em sua relação com a natureza e o meio-ambiente. Desta forma, tomamos como fios condutores da investigação os conceitos marxianos de estranhamento/alienação e fetichismo da mercadoria (MARX, 1844; 1867), dialogando com bibliografia sociológica pertinente acerca do tema, para traçar um quadro das relações sociais separadas (e separadoras) entre natureza e classe trabalhadora, bem como das consequências dessa ruptura.

RESUMOS:

SOCIOLOGIA

GT 11: SOCIOLOGIA DO TRABALHO E RURALIDADES

Sessão 2: Ruralidades

TÃO EXÓTICOS E TÃO NATIVOS: O CAQUI E A BANANA EM UM CONTEXTO DE AMBIENTALIZAÇÃO DE VALORES E AFIRMAÇÃO TERRITORIAL NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA – RJ

Marcia Cristina de Oliveira Dias – UFRRJ
marcia.cristina1964@gmail.com
Fomento: FAPERJ

A alimentação, além de ser uma necessidade intrínseca à vida, é também uma construção cultural. Cada sociedade, de acordo com seus valores culturais e socioeconômicos, define os tipos de alimentos dos quais se apropriará para manutenção de sua existência. Setenta por cento dos alimentos que consumimos é proveniente da agricultura familiar, porém as transformações de algumas áreas agrícolas em Unidades de Conservação, especialmente as do tipo parque, vêm direcionando agricultores familiares que vivem e produzem nestas áreas a reverem algumas práticas e ressignificar outras a fim de se adaptar às restrições impostas pelos gestores destes parques.

Utilizando como recorte o Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB – criado em 1974 e localizado no município do Rio de Janeiro, este trabalho tem por objetivo evidenciar como estes agricultores têm transformado o ato de comer em ato político, cultural e socioeconômico, agregando valor à sua produção, acessando novos mercados e, concomitantemente, reafirmando seu direito ao território onde vivem e produzem. O registro etnográfico possibilitado pela observação participante – participação em reuniões dos agricultores, visitas às feiras orgânicas, entrevistas com os agricultores, participação na colheita do caqui, entre outros – e a leitura de bibliografias com a temática socioambiental foram algumas das metodologias de pesquisa adotadas. No PEPB, a proteção das culturas nativas coexiste com a produção de culturas exóticas – com destaque para a banana e o cáqui. O cultivo destes frutos, além de gerar renda para os agricultores, atua como demarcador de território, pois, por serem culturas exóticas, comprovam a presença da população nativa muito antes desta área ser transformada em parque. Para agregar valor a sua produção e acessar os novos mercados de alimentos saudáveis – como as feiras orgânicas localizadas em vários bairros do Rio de Janeiro, onde comercializam os frutos in natura e processados – farinha de banana e o vinagre de cáqui, entre outros – estes agricultores, que em sua maioria já praticavam a agricultura sem uso de aditivos químicos, também se apropriaram do termo “orgânico” evidenciando a importância – tanto para a manutenção do meio-ambiente quanto da saúde da população – do cultivo, preparo e consumo de alimentos saudáveis – articulando cultura, produção, consumo e mercados.

PRODUÇÃO ALTERNATIVA E AS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS E ATORES RURAIS: O CASO DO INSTITUTO ANNONA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Jéssica Aline Troiano – UNESP/Fclar
jessycatroiano@gmail.com
Fomento: FAPESP

A proposta de trabalho pretende discutir as transformações que estão ocorrendo nos espaços rurais brasileiros a partir de pesquisa empírica realizada junto ao Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável, uma associação de pequenos e médios produtores de alimentos orgânicos do interior do estado de São Paulo. Foram entrevistados os 17 produtores do Instituto que estão distribuídos entre 10 municípios:

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Araraquara, Bebedouro, Catanduva, Ibitinga, Itápolis, Nova Europa, Novo Horizonte, Pirangi, Reginópolis e Taquaritinga. Entende-se que experiências produtivas diferenciadas, como a produção orgânica, permitem o desenvolvimento de alternativas para pequenos e médios produtores rurais, alcançando e amplificando demandas por produtos de qualidade que primam por fatores como a saúde, a sustentabilidade ambiental e as propriedades nutricionais dos alimentos, propiciando maior qualidade de vida tanto para produtores quanto para consumidores. As escolhas dos produtores pelos orgânicos expressam mudanças subjetivas na ação social daqueles que consomem alimentos diferenciados e de qualidade, revelando que a opção por esses produtos não se move apenas pelo retorno econômico, mas por suas qualidades simbólicas e imateriais. O estudo permitiu constatar que fatores como a inovação, a cooperação, a troca de conhecimentos e informações e a atuação de políticas públicas voltadas para atividades alternativas – no caso do Instituto o AGROSEBRAE, programa do SEBRAE-SP, fornece assistência técnica e gerencial – são imprescindíveis para o dinamismo das regiões rurais, principalmente para pequenos produtores, não raro, colocados à margem do processo de produção dada a predominância da monocultura latifundiária. No caso de mercados diferenciados voltados para pequenos e médios empreendimentos a organização em uma associação é imprescindível, uma vez que fortalece os produtores individuais frente à demandas específicas desses mercados, como a certificação e a comercialização dos produtos orgânicos, dificultadas quando os mesmos permanecem individualizados. A construção de um território voltado para uma atividade alternativa permite um melhor desenvolvimento dos produtores diante das mudanças que ocorrem nos espaços rurais, dando a tônica de novas dinâmicas e processos antes não identificáveis e não discutidas na análise desses espaços.

RESUMOS:

SOCIOLOGIA

GT 12: SOCIOLOGIA DA CULTURA

Sessão 1: Religião

**IGREJA CATÓLICA, POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS DURANTE A
DITADURA MILITAR NA CIDADE DE SÃO CARLOS**

Emanuelle Kopanyshyn, - UFSCar
emanuelle_kopany@hotmail.com

A presente pesquisa tem como tema as relações da Igreja Católica com o Estado na primeira década da ditadura militar no Brasil, de 1964 - 1974, e o consequente debate em torno dos Direitos Humanos feitos pelas duas instituições. A Igreja Católica, como uma instituição com o aparato político-ideológico bem constituído, é referenciada frequentemente como uma instituição que militou como oposição ao regime militar. Contudo, no interior de sua hierarquia, o cenário era heterogêneo. Muitos bispos conservadores que já haviam apoiado permaneceram no apoio à situação, alheios às denúncias de perseguição de seus leigos e em conflito com clero progressista, sobretudo nas cidades do interior do estado, onde as formas do pensamento político são ligadas à tradição agrícola, aos padrões de ordem e autoridade e resistentes às vanguardas da época - que acabaram por resultar num colaboracionismo por parte dos líderes da igreja. Após um apontamento crítico da literatura do tema, este artigo apresenta um estudo de caso da Diocese de São Carlos, interior de São Paulo, sob os cuidados de Dom Ruy Serra e liderada politicamente pelo arenista Ernesto Pereira Lopes. Com o foco na atividade política do bispo de no aparato institucional no qual dispunha para usar em relação à política local de São Carlos e a circunscrição de sua diocese, esse estudo pretende responder às lacunas da literatura sobre o tema, cujo o enfoque dado até agora tem sido majoritariamente sobre o progressismo do clero, principalmente nos grandes centros populacionais ou no plano nacional. O estudo revela o quanto o comportamento político dos bispos da Igreja Católica, sobretudo no interior, não raro optou pela pauta do rígido anti-comunismo e segurança nacional, orientados pelo governo ditatorial, e o levou a abrir mão da pauta da integridade do cidadão e dos direitos humanos, destoando do comportamento do clero progressista dos grandes centros que tecia duras críticas aos excessos do governo e que parece constituir a maior parte da memória histórica construída para esse período.

RESUMOS:

SOCIOLOGIA

GT 12: SOCIOLOGIA DA CULTURA

Sessão 2: Cultura e entretenimento

ESTUDANDO JOGOS DIGITAIS: NOVAS PERSPECTIVAS

Arthur Yoshihiro Yamada Junqueira Garcia –UFSCar
arthuryoshihiro@gmail.com

Este artigo pretende apresentar um breve histórico do estudos sobre os jogos, como objeto de pesquisa em si, realizados por Johan Huizinga e Roger Caillois. E como, com a introdução do jogos virtuais em computadores pessoais e plataformas dedicadas, esses estudos influenciaram as pesquisas interdisciplinares dos jogos digitais, conhecidos hoje como Game Studies. Games Studies é um novo empreendimento teórico, do início do século XXI, que busca compreender os jogos, os jogadores, o jogar e seus contextos, principalmente, mas não exclusivamente, na dimensão digital. Essas novas pesquisas sobre jogos digitais abrangem várias áreas do conhecimento, mas em seu eixo central estão a narratologia, o estudo das estruturas narrativas, e a ludologia, o estudo das regras e mecânicas do jogo.

CIBERCORPO: ANÁLISE TEÓRICA DO CONCEITO

Letícia Pauletto Fragalle - UFSCar
leticiafragalle@gmail.com

Há uma parte da Sociologia dedicada à corporeidade humana enquanto fenômeno sociocultural. O corpo é moldado pelo social/cultural cujo o ator está inserido, sendo a maneira pela qual as pessoas se relacionam com e no mundo.

O corpo é visto como estrutura simbólica de realidade mutante que varia entre sociedades, e conseqüentemente, as concepções de corporeidade também diversifica de cultura para cultura. Em nossa sociedade a visão de corpo biomédica predomina e separa o corpo do homem, sendo uma das bases do individualismo e assim como no cartesianismo, apresenta uma função corporal ambígua, pois ao mesmo tempo é considerado apenas matéria e serve como aparato individualizador entre as pessoas.

Como o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), várias esferas da vida em nossa sociedade passaram por modificações, entre elas a Cultura.

Principalmente devido à Internet, as TIC's facilitaram a mediação da relação entre sujeito e mundo e também foram responsáveis pelo surgimento de um novo espaço de socialização, existente exclusivamente online, para interagir pessoas sem tempo e espaço definidos, chamado de ciberespaço. Com a criação do ciberespaço surge uma nova modalidade de cultura envolvendo técnicas e valores específicas do mundo virtual, a cibercultura.

Por não existir presença física do homem neste ambiente digital, há necessidade da emergência de uma forma subjetividade específica para este espaço: o cibercorpo. Porém, este é um conceito muito recente e vago. Alguns autores o consideram como um sinônimo do ciborgue e do corpo biocibernético; outros que só os avatares (personagens em jogos, por exemplo) são considerados cibercorpos; e ainda há os que vêem todas as formas de subjetividade em ambientes online (como perfis de rede sociais, nicknames em bate bapos) representadas pelo conceito.

O objetivo desse trabalho é analisar teoricamente o conceito cibercorpo; ver em que áreas de estudo o termo é empregado, de quais maneiras; apresentar exemplos visando encontrar qual se adapta melhor à Sociologia do Corpo e da Cibercultura.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Metodologicamente foram usadas a revisão bibliográfica e a netnografia: forma de observação participativa no campo online, lembrando que este está sempre associado ao mundo offline também.

JUVENTUDES CULTURAIS NA ESCOLA LIVRE DE CINEMA DE NOVA IGUAÇU

Mônica da Silva Francisco –IM/ UFRRJ
amonicafrancisco@gmail.com

A Comunicação Oral é parte da minha pesquisa de Mestrado, As Juventudes Culturais da Escola de Cinema de Nova Iguaçu que pretende investigar a inserção dos jovens e as produções audiovisuais desenvolvidas por eles na instituição, tornando-os produtores de cultura. Pretendo estudar o entrelaçamento entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo, a comunidade participante e os jovens na criação e difusão de arte na periferia de Nova Iguaçu e como esses laços formados por meio do projeto oportuniza aos jovens tornar suas vivencias experiências culturais que mostraram seu território, sua comunidade e eles próprios e entender a importância da construção da imagem nesse momento é um passo importante na desconstrução de saberes, pois geralmente os filmes produzidos pelas mídias tradicionais apresentam os jovens oriundos da periferia como bandidos ou de modos pejorativos que criam estigmas nas juventudes de classes populares e a articulação entre os indivíduos e suas possibilidades de movimento e estética com esses jovens inserindo- se em novos espaços. Pesquisar sobre as juventudes populares e suas produções culturais é a possibilidade de desconstrução de saberes, pois geralmente os filmes produzidos pelas mídias tradicionais apresentam os jovens território, sua comunidade e eles próprios e entender a importância da construção da imagem nesse momento é um passo importante na desconstrução de saberes, pois geralmente os filmes produzidos pelas mídias tradicionais apresentam os jovens oriundos da periferia como bandidos ou de modos pejorativos que criam estigma na juventude de classe populares e a articulação entre os indivíduos e suas possibilidades de movimento e estética com esses jovens inserindo-se em novos espaços. Pesquisar sobre as juventudes populares e suas produções culturais é a possibilidade de olharmos os jovens como produtoras de cultura entendemos os sujeitos como participantes de “multipertencimentos de indivíduos e grupos característicos”.